

**ATA DA 44ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 10 e 11/03/2003

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

Ministério da Justiça: ausência justificada

Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho
(fernando.cabral@integracao.gov.br)

Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência)

Agência Nacional de Águas: Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis (dalvacireis@ana.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Maurício Lenzi Brandão
(mlbrandao@sp.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: Jessé Cláudio de Lima Costa (sih-
depe@prodase.com.br)

Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: ausência justificada

Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)

Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)

Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: (ausência justificada)

Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento

Alencastre (comitepardo@recursoshidricos@sp.gov.br)

Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Jorge Thierry Calasans - ANA (thierry@ana.gov.br)

Maria Cristina Yuan - IBS (crisyuan@ibs.org.br)

Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)

Rosana Helena Martins - CETESB/SP (rosam@cetesb.sp.gov.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 10/03/2003

Início: 13:40 h

Término: 17:40 h

Às treze horas e quarenta minutos do dia dez de março de 2003, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou o primeiro dia de trabalho da 44ª Reunião. Deu boas vindas a todos e lembrou que no dia de hoje seria finalizada a pauta para convocação da X Reunião Extraordinária do CNRH, da qual deveriam fazer parte assuntos da pauta desta reunião da CTIL (**Anexo I**). Dito isto, colocou em discussão o item 2 da pauta: aprovação da ata da 43ª reunião, que foi aprovada com modificações. Ocorreram debates sobre a forma e o teor das atas das reuniões da CT. Foi destacado que as atas seriam uma forma de resguardar a riqueza das discussões ocorridas; ficou consensado que a forma atual seria uma boa medida entre os extremos. Passou-se ao terceiro item da pauta: análise da proposta de resolução sobre "estabelecimento de normas gerais para o encaminhamento, para deliberação do CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados", encaminhada pela CT de Análise de Projeto - CTAP. O Dr. Julio Thadeu lembrou que a intenção da proposta de resolução seria regulamentar o inciso IV do art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997; abordou também a pretensão de que ficassem definidos os projetos de aproveitamento de recursos hídricos que deveriam ser encaminhados para análise do CNRH, e disse que isto ocorreria por solicitação da Plenária, ou por mais de 50% de seus membros, com encaminhamento direto para a câmara técnica pertinente. A Dra. Sonáli ponderou que os referidos projetos estariam sendo também contemplados, e analisados, quando da elaboração dos planos de recursos hídricos da bacia hidrográfica envolvida. Prosseguiu questionando de que forma a Plenária do Conselho tomaria conhecimento dos mesmos e, também, a forma de seu pronunciamento; salientou ainda a necessidade de definição do momento em que os projetos deveriam ser encaminhados ao CNRH: antes, durante ou após as respectivas análises da ANA e do IBAMA; concluiu questionando as providências a serem tomadas em caso de deliberação contrária ao

projeto, pela Plenária, mas com a existência das devidas anuências das duas entidades. O Dr. Julio Thadeu reforçou que a intenção maior seria evitar o encaminhamento de todo e qualquer projeto à apreciação do CNRH, e ainda, que isto não se tornasse uma forma de embargo da execução de projetos. A Dra. Sonáli questionou se não deveria haver uma orientação para que os órgãos gestores encaminhassem para deliberação do CNRH os projetos que fossem julgados com impactos que ultrapassassem a fronteira dos estados. Ficou evidenciado que a forma atual da proposta de resolução pretende não mais o estabelecimento de critérios determinando os projetos que deveriam ser encaminhados para apreciação do Conselho, mas sim a definição de que o encaminhamento seria solicitado pela própria Plenária, nas formas estabelecidas no documento. Foi destacada a importância do CNRH como fórum para discussão entre os diversos interesses envolvidos na realização dos projetos citados no inciso IV, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997. A Dra. Sonáli opinou que não caberia ao CNRH, como formulador da política de recursos hídricos, efetuar a análise técnica desses projetos. O Dr. Wilson opinou que a resolução seria basicamente voltada para procedimentos e não para o estabelecimento de critérios. O Dr. Roberto disse que caberia ao CNRH se manifestar politicamente sobre projetos e que, para tanto, não caberia a definição de critérios técnicos; disse que esta manifestação estaria limitada a procedimentos. O Dr. Fernando Cabral lembrou que, a rigor, todo projeto extrapolaria o âmbito do estado em que seria implantado; disse que, como a tentativa de determinação de critérios para encaminhamento teria se mostrado inviável, estaria defendendo a resolução em sua forma atual. O Dr. Wilson destacou que a discussão de projetos no âmbito do CNRH seria eminentemente ampla, permitindo a manifestação de todos os setores envolvidos na tentativa de conciliação de interesses. Nesse momento, com a concordância de todos, passou-se à leitura e discussão de cada artigo da proposta de resolução. Após debates, ficou consensada proposta final (**Anexo II**) e solicitado o encaminhamento à Plenária do CNRH (**Anexo III**). Dando prosseguimento, foi abordado o item 4 da pauta: análise da proposta de moção, dirigida aos governadores dos estados e do Distrito Federal, recomendando a adoção de medidas relativas à plena implementação dos respectivos sistemas estaduais de recursos hídricos. O Dr. Wilson fez um histórico da proposta de resolução, citando comentários da Dra. Patrícia Boson sobre o estado atual da implementação da gestão de recursos hídricos nos estados da Federação. Procedeu-se então a leitura da proposta de moção e feitas modificações na versão inicial (**Anexo IV**). Foi solicitado encaminhamento para deliberação da Plenária (**Anexo V**). O Dr. Julio Thadeu relatou que o Dr. Jerson Kelman, Diretor Presidente da ANA, teria solicitado, por telefone, o adiamento para a próxima reunião da CT, do debate previsto no item 1 da pauta do dia seguinte da reunião. A solicitação foi acatada. Passou-se então ao item 5 da pauta: análise da proposta de moção, dirigida à ANA e à SRH/MMA, recomendando a criação de programa específico voltado para o fortalecimento da gestão de recursos hídricos nos estados. Após a leitura da proposta de moção, o Dr. Julio Thadeu questionou se a ANA já não teria programas específicos com a mesma finalidade proposta. A Dra. Dalvacir disse que o ProÁgua seria um programa com pretensões similares e também, que não caberia a proposição de medidas unilaterais. Foi destacada a importância desta moção como forma de ressaltar a responsabilidade do Poder Executivo Federal na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. E também, como uma espécie de contrapartida à proposta de moção aprovada no item anterior. Após debates, ficou acertado texto final para a proposta de resolução (**Anexo VI**) e solicitado o encaminhamento para deliberação da Plenária do Conselho (**Anexo VII**). Dando prosseguimento, foi abordado o item 6 da pauta: análise da proposta de resolução referente a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar a viabilidade da proposição de mecanismos para que, no repasse de recursos de órgãos federais, fossem estabelecidas condicionantes relativas à implementação de aspectos da gestão de recursos hídricos. O Dr. Julio Thadeu informou sobre a ocorrência de equívocos no estabelecimento da incumbência de elaboração do texto para início das discussões referentes ao tema. Com isso, solicitou ao Dr. Roberto que o fizesse, para apresentação na próxima reunião. Neste momento, às 17:40 horas, o Dr. Julio Thadeu encerrou o primeiro dia de reunião.

DATA: 11/03/2003

Início: 9:35 h

Término: 17:40 h

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia onze de março de 2003, o Dr. Julio Thadeu abriu o segundo dia de trabalho da 44ª reunião da CTIL. Informou que, por solicitação do Dr. Jerson Kelman, teria sido acertado, no dia anterior, o adiamento da discussão do item 1 da pauta deste dia para a próxima reunião da CT. Sugeriu que nesta reunião fossem discutidos e elencados os principais itens a serem abordados na discussão deste item. Opinou que o

bom senso deveria prevalecer no estabelecimento dos limites de competência em questão. Foram distribuídas, neste momento, cópias das matérias aprovadas no dia anterior para encaminhamento ao Conselho (duas propostas de moções e uma de resolução), para apreciação dos ausentes no dia anterior. O Dr. Wilson propôs a continuidade dos trabalhos na forma proposta: itemização dos pontos que balizariam a futura discussão do item 1 da pauta de hoje, como forma, inclusive, de auxiliar a CONJUR e a Procuradoria Geral da ANA – PGE em suas respectivas preparações. O Dr. Jessé destacou a necessidade de maior articulação entre a CONJUR e a PGE. O Dr. Fernando Cabral ressaltou que toda a PNRH se basearia na articulação e que, desta forma, o exemplo deveria ser dado dentro do próprio MMA; concluiu dizendo que a extrapolação de competências poderia ser presumida como ausência de articulação. O Dr. Reginaldo disse entender que a ANA não estaria cometendo atos que extrapolariam sua competência normativa; observou que a articulação seria uma atitude de governo. O Dr. Maurício opinou que todos os pontos a serem levantados convergiriam para a necessidade de articulação; destacou a complexidade de se regular uma articulação. A Dra. Dalvacir disse que não se poderia falar de falta de articulação, uma vez que a ANA tem participação ativa no CNRH e suas CTs. Foi destacado que a questão em discussão seria o limite das competências do CNRH e da ANA que estariam definidos, respectivamente, no inciso VI, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997, e no inciso II, art. 4º, da Lei nº 9.984, de 2000. O Dr. Fernando Cabral citou o caput do citado art. 4º, que faria referência à articulação; disse que a definição das respectivas competências seria ampla e desta forma, poderiam ocorrer sobreposições, além de eventuais conflitos. A Dra. Dalvacir salientou a necessidade de convite para a participação da CONJUR/MMA nas reuniões do CNRH e das CTs; disse que as resoluções normativas da ANA vinham sendo encaminhadas ao CNRH, exemplificou com as referentes ao CERTOH e também à reserva da disponibilidade hídrica; reafirmou que, em seu entendimento, não estaria ocorrendo falta de articulação. O Dr. Wilson disse que seria uma questão de insuficiência de articulação; observou que freqüentemente os representantes da ANA não se consideram investidos de representatividade; indicou que, a exemplo da CONJUR, também a PGE deveria participar mais ativamente das atividades do Conselho. O Dr. Valter Otaviano disse que a ausência física de representante da CONJUR não impediria que pontos fossem levantados e encaminhados com solicitação de parecer jurídico. O Dr. Fernando Cabral observou que a discussão deveria ser no sentido de promover formas de tornar a articulação mais efetiva; sugeriu que as pautas e atas das reuniões da CTIL fossem encaminhadas à CONJUR. O Dr. Roberto indicou que ao CNRH caberia o que diz respeito às normas gerais e à ANA, por sua vez, caberiam os aspectos relativos à implementação, como forma, inclusive, de operacionalizar suas ações. O Dr. Valter Otaviano solicitou destaque para o ocorrido por ocasião da solicitação de parecer da CONJUR referente à Deliberação CEIVAP nº 16, quando à CONJUR foi destinado prazo inferior ao destinado à ANA. O Dr. Wilson ressaltou que todas as deliberações do CNRH passariam pela análise da CONJUR, antes da publicação. O Dr. Julio Thadeu solicitou que fossem listados os pontos para o direcionamento das discussões previstas para a próxima reunião. **Os pontos destacados foram os seguintes: 1- definição da natureza jurídica do CNRH e da ANA; 2- formas de dar maior efetividade aos procedimentos de articulação CNRH-ANA; 3- sistematização da troca de informações dentro do SINGREH; e, 4- caso de estudo sobre as resoluções 82, de 2002, (Anexo VIII) e 130, de 2001, (Anexo IX) da ANA.** O Dr. Julio Thadeu destacou a importância da participação, nesta CT, de representantes da CONJUR e da PGE. O Dr. Reginaldo, da PGE da ANA, se comprometeu a fazê-lo. A Dra. Maria Luiza sugeriu a elaboração de uma proposta de decreto do Poder Executivo com o propósito de definir a interpretação das competências jurídicas do CNRH e da ANA. O Dr. Valter Otaviano disse que, se a intenção fosse a interpretação das normas relativas às competências, estaria sugerindo a elaboração de um parecer normativo pela CONJUR, que seria inclusive assinado pela Ministra Marina Silva e publicado no DOU. O Dr. Julio Thadeu sugeriu a elaboração, no âmbito do CNRH, de moção solicitando a elaboração do ato proposto. O Dr. Reginaldo observou que não se faria necessária a publicação de decreto ou parecer normativo se as discussões propostas para a próxima reunião levassem a um consenso. O Dr. Julio Thadeu disse que se o entendimento viesse a ocorrer, o mesmo deveria ser formalizado e divulgado. O Dr. Reginaldo solicitou que fosse feito convite formal ao Diretor Presidente da ANA para indicação de membro da PGE para participar dos debates. A Dra. Hidely sugeriu que fosse incluída apresentação sobre os trabalhos que originaram a Resolução 82, de 2002, da ANA. A Dra. Sonáli disse que os pontos levantados para discussão não deveriam ser restritivos. Passou-se então ao item 2 da pauta do segundo dia de reunião: análise da proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. O Dr. Julio Thadeu iniciou

tecendo comentários sobre a bacia em questão. Em seguida, disse que a Divisão Hidrográfica Nacional - DHN, em discussão na CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH, deveria balizar a criação de comitês de bacia e que a revisão da Resolução CNRH nº 5 estaria trazendo, como item importante, a definição das questões de relacionamento entre comitês de bacia e comitês de sub-bacias em sua área de atuação. Disse que na X Reunião Extraordinária do CNRH, agendada para o próximo dia 25, estaria em pauta apresentação de proposta de uma DHN. Concluiu propondo que a discussão da proposta de criação do comitê em questão ocorresse após a definição da DHN e também da questão do relacionamento entre comitês, abordado na proposta de revisão da Resolução CNRH nº 5. Destacou que a decisão de criação de comitês sob essas condições poderia levar a uma desorganização do sistema. Colocou então o assunto em discussão. A Dra. Rosana solicitou a palavra para fazer uma exposição de motivos para a criação do comitê. Em sua apresentação destacou os seguintes pontos: a emissão de outorgas de uso da água na bacia estão suspensas desde 1996, e o comitê seria importante para respaldar decisões visando a regularização do assunto; a ANA tem um escritório técnico na bacia, o que demonstraria seu interesse em apoiar ações na bacia; foram realizados vários estudos no âmbito das competências de cada superintendência da ANA; os problemas de uso da água na bacia têm levado a uma grande mobilização e participação da sociedade da bacia no processo. Disse ainda que o Comitê da Bacia do Rio São Francisco seria um fórum para negociações de caráter mais amplo e o Comitê do Verde Grande, necessário para atender as necessidades mais locais. Opinou que a relação entre comitês deveria ser definida no âmbito dos próprios e ressaltou a importância da prática que seria possibilitada pela criação deste comitê, além do respaldo que o mesmo traria para as decisões na área da bacia. Em seguida, o Dr. Luiz Lôbo solicitou a palavra. Fez um breve histórico sobre a criação do Escritório Técnico da bacia e destacou que o início do processo de fomento à criação do comitê seria datado de 1991, já em decorrência de conflitos pelo uso da água existentes na bacia. Citou a existência de projetos em andamento na bacia e ressaltou que toda a documentação exigida pela Resolução CNRH nº 5 teria sido encaminhada. Disse que a não aprovação da criação do comitê poderia ocasionar a perda de todo o trabalho já desenvolvido, além dos recursos públicos empregados. Propôs que a proposta fosse aprovada e que a adequação às questões de relacionamento com o comitê da bacia de ordem superior fosse tratada em seguida às definições advindas da revisão da Resolução CNRH nº 5. O Dr. Julio Thadeu lembrou que a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Pomba e Muriaé teria ocorrido em momento anterior à edição da Resolução CNRH nº 5 e que, portanto, o mesmo, no momento, estaria sofrendo problemas para sua efetiva implementação. Propôs que a decisão sobre a questão fosse adiada como forma de respaldar esta e outras solicitações de criação de comitês; além disso, ressaltou que, no caso específico do Verde Grande, o comitê de ordem superior, do rio São Francisco, ainda não estaria efetivamente instalado. O Dr. Roberto concordou com as colocações efetuadas em função da demanda para a criação do comitê, mas ressaltou que a questão da relação entre comitês precisaria ser mais bem explicitada. O Dr. Luiz Lôbo opinou que a construção desta relação seria um trabalho com horizontes muito amplos, que não seria feito em dois ou três meses; insistiu na perda de trabalho e credibilidade que a não aprovação da criação do comitê traria. A Dra. Cristina Yuan disse que os aspectos levantados são de extrema relevância; falou que a proposta de criação do comitê, cuja área de atuação faz parte da bacia do rio São Francisco, necessitaria de uma visão de sua inserção dentro do CBH São Francisco. Concluiu dizendo que a CTIL estaria carecendo destas informações para respaldar suas decisões. A Dra. Rosana disse entender que a formação de comitês em sub-bacias localizadas na área de atuação de outro comitê deveria passar pelo de maior abrangência; propôs então, para este caso, que se aguardasse a instalação do CBH São Francisco, e a efetivação de uma consulta, para que o assunto retornasse para discussão na CTIL. A Dra. Dalvacir solicitou destaque para a responsabilidade do Poder Executivo na bacia do rio Verde Grande ao continuar represando demandas, como a questão das outorgas; sugeriu que, mesmo em caso de não aprovação do pedido, o assunto fosse levado à Plenária como forma de tornar a ação respaldada pelo Conselho. O Dr. Julio Thadeu ponderou que as ações necessárias na bacia poderiam continuar a ser efetivadas pela ANA, em paralelo à criação do comitê. A Dra. Rosana observou que a definição de critérios é que precisaria de respaldo do comitê. O Dr. Julio Thadeu disse entender que as questões relativas ao Verde Grande, na ausência de um comitê específico, poderiam ser debatidas dentro do próprio CBH São Francisco; disse que, no momento, não se sentiria seguro para decidir sobre a criação do comitê por não considerar prudente a criação de um órgão público com as mesmas atribuições e sobre uma mesma área de atuação de outro já criado, sem antes estarem

estabelecidas as relações de competência entre esses dois órgãos. Ponderou que a alternativa de se ouvir o CBH São Francisco, depois de implementado, seria interessante. A Dra. Cristina Yuan lembrou que o fato da não aprovação nesse momento não impediria a continuidade dos trabalhos em desenvolvimento na bacia. O Dr. Luiz Lôbo disse que desta forma proposta ficaria mais viável e seria possível um retorno mais imediato do assunto à CTIL; ressaltou que não deveriam ser impostos condicionantes relacionados à Divisão Hidrográfica Nacional. O Dr. Wilson propôs que, no retorno do tema à Câmara, fosse prevista uma apresentação mais detalhada sobre a situação da bacia. A Dra. Rosana concordou e acrescentou que deveria também ser trazida toda a programação dos trabalhos previstos no âmbito da bacia; disse concordar também com a consulta ao CBH São Francisco, mas destacou a importância do respaldo do comitê da bacia na definição dos critérios para outorga de uso da água. Concluiu indicando a importância da definição de critérios para a criação de comitês. O Dr. Carlos Eduardo disse não ser contrário à criação do comitê; destacou que a regra atual seria o atendimento à Resolução CNRH nº 5. O Dra. Sonáli ressaltou que o processo encaminhado teria sido um dos mais bem fundamentados e que o obstáculo único parecia ser a existência do CBH São Francisco, que precisaria ser ouvido. Ficou decidido o adiamento da decisão da criação do CBH Verde Grande. E mais, que a consulta ao CBH São Francisco, quando este estiver efetivamente instalado, seria efetivada pelo Escritório Técnico da bacia do rio Verde Grande; após manifestação, o assunto deverá retornar à CTIL, quando deveria ser feita apresentação sobre a situação da bacia. Passou-se então ao item 3 da pauta do segundo dia de reunião: análise da proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus. Após debates, a Câmara se pronunciou pela não análise do processo deste comitê, em função de deficiência no atendimento da documentação prevista pela Resolução CNRH nº 5, conforme evidenciado pelo Parecer Técnico. Ficou decidido que a Secretaria Executiva deveria providenciar a solicitação de complementação da documentação. Às 13:25 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 15:40 horas, com a abordagem do item 4 da pauta do segundo dia de reuniões: relatos sobre o andamento das atividades dos Grupos de Trabalho criados na 43ª reunião. Foi sugerida a leitura do documento memória relativo aos trabalhos (**Anexo X**). Foram as seguintes as observações sobre cada um dos itens: 1- questionários sobre representatividade: o assunto deverá ser novamente discutido; 2- relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias: o Dr. Roberto elaborará primeira proposta para início das discussões na CT; 3- (atendido); 4- convite aos secretários estaduais para exposições nas reuniões do CNRH: a demanda foi considerada inócua em função do tempo necessário para a abrigar todos os estados; em substituição, foi sugerida a realização de reunião com os secretários estaduais; foi criado GT com o objetivo de elencar os assuntos que deveriam ser discutidos em reunião desse alcance; participantes do GT: Dr. Wilson e Dr. Roberto; 5- (atendido); 6- elaboração de proposta de resolução para criação de GT com o objetivo de analisar a viabilidade do estabelecimento de condicionantes quando do repasse de recursos federais: a proposta foi substituída pela criação de GT no âmbito da CTIL, para examinar a viabilidade do proposto; o prazo para conclusão dos trabalhos foi estendido para maio; participantes do GT: Dr. Roberto, Dra. Maria Luiza, Dr. Moretti e Dr. Hugo; 7- (atendido); 8- metas diversas visando a ampliação da abrangência das atividades do CNRH e também maior divulgação de suas ações: proposto maior debate sobre as ações propostas; 9- convite ao Dr. Canáli para proferir apresentação: deverá ser programado para reunião futura da CT; 10- discussão do tema geopolítica dos recursos hídricos: solicitado que o Dr. Décio Michellis fosse lembrado sobre o tema; 11- discussão conjunta com representantes da CONJUR/MMA e da PGE/ANA sobre o tema "competências normativas do CNRH e da ANA": agendado para a próxima reunião da CT; 12- apresentação do Dr. Jorge Thierry sobre a questão das águas compartilhadas: deverá ser programado para reunião futura da CT; 13- questão da representação da FUNAI e das comunidades indígenas na composição dos comitês: solicitado que o Dr. Hugo fosse lembrado sobre o assunto; 14- apresentação sobre sistemas estuarinos e zonas costeiras: deverá ser programada para reunião futura da CT; 15- gestão dos recursos hídricos x uso do solo: foi dividido em dois sub-itens: a) proposta de solicitação, quando dos pedidos de outorga de uso da água que tenham envolvimento em área urbana, de parecer do município quanto ao enquadramento do empreendimento solicitante em seu Plano Diretor; b) relação entre gestão de recursos hídricos e os Planos Diretores municipais; o primeiro item ficou para ser discutido em reunião posterior; quanto ao segundo, foi sugerido convite ao Ministério das Cidades para proferir apresentação abrangendo a existência de proposta de retomada de programas/projetos para induzir os municípios a elaborar/atualizar seus Planos Diretores; em caso positivo, que fosse efetivada

a articulação para que mecanismos legais fossem incluídos como forma de que os referidos planos levassem sempre em consideração a gestão de recursos hídricos. A próxima reunião da CT foi agendada para os dias 8 e 9 de abril próximo, com a ressalva de que o segundo dia deveria ser para discussão exclusiva da proposta de revisão do Regimento Interno do CNRH. Às 17:15 horas, o Dr. Julio Thadeu encerrou a reunião e agradeceu a presença de todos.

Ata aprovada na 45ª reunião da CTIL, realizada em 8 e 9 de abril de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores